

## O FINITO E A MODALIDADE EM EDITORIAIS DE JORNAL

*Magda Bahia SCHLEE*  
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

### 1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do finito na língua portuguesa como estratégia discursiva em editoriais de jornal. Mais especificamente, analisaremos o finito como elemento portador, em algumas circunstâncias, da categoria discursiva modalidade, entendida essa como o conjunto de todos os elementos lingüísticos ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do falante/escritor com relação ao discurso.

Para essa análise, serão utilizados os pressupostos teóricos da lingüística sistêmico- funcional, de acordo com as concepções que norteiam a visão da lingüística funcional segundo Halliday.

A opção pela perspectiva sistêmico- funcional deve-se à crença de que a língua como sistema se abre ao falante em recursos à sua escolha e, simultaneamente, sofre mudanças, que são reflexos de seleções social e discursivamente motivadas. Cumpre lembrar que uma gramática sistêmica é, acima de tudo, paradigmática, isto é, coloca nas unidades sintagmáticas apenas a realização, reservando para o nível abstrato e profundo, as relações paradigmáticas. Assim, como bem observa Neves (1997), na abordagem hallidayana, a consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, sob a idéia de que escolha produz significado.

Nesse sentido, segundo Azeredo (2000), o discurso só pode ser entendido como o lugar de atualização e de transformação de representações sociais e a gramática passa a se colocar como metáfora das experiências dos indivíduos e dos grupos.

Assim, se o objetivo do presente trabalho é analisar a recorrência de uso de determinados processos em textos de caráter argumentativo, mais especificamente em editoriais de jornal, não poderíamos prescindir de uma abordagem teórica que levasse em conta o contexto das diferentes situações de fala/escrita, pois, segundo Halliday (1976), a forma

particular assumida pelo sistema gramatical está relacionada de perto às necessidades sociais e pessoais que ela é chamada a atender.

Para ilustrar o papel do finito nas circunstâncias descritas foram analisados 3 editoriais de jornal - extraídos de jornais de grande circulação no eixo Rio-São Paulo - *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo* no ano de 2004 - , em que o finito desempenha importante papel como indicador da modalidade.

## 2. A perspectiva sistêmico-funcional

No pensamento lingüístico, distinguem-se dois pólos de atenção que se contrapõem: o formalismo e o funcionalismo. A língua, na perspectiva formalista, é analisada como elemento autônomo, cuja estrutura independe de seu uso em situações comunicativas reais. Na visão funcionalista, ao contrário, a língua passa a ser concebida essencialmente como instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisado como objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas dos diferentes contextos situacionais, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical.

Mais especificamente, de acordo com os princípios da lingüística sistêmico- funcional, a natureza da linguagem relaciona-se diretamente às demandas que lhe fazemos. Em termos mais concretos, essas demandas são específicas de cada cultura, é o chamado contexto de cultura. E, dentro do contexto de cultura, quem fala ou escreve usa ainda a língua em diferentes contextos - ou situações - mais específicos. A cada um desses contextos dá-se o nome de contexto de situação. É esse contexto que dá aos interlocutores grande parte das informações sobre os significados a serem transmitidos.

Percebe-se, assim, que a perspectiva funcional só concebe o estudo de uma língua dentro de um contexto de situação, que é determinante para a produção dos atos de fala. Nesse ponto, faz-se necessário definir ato de fala, entendido aqui, segundo definição de Halliday (1976), como uma seleção simultânea dentre um grande número de opções inter-relacionadas. Essas opções representam o potencial de sentido da linguagem. Quando falamos ou escrevemos, escolhemos entre fazer uma afirmação ou uma pergunta; entre particularizar ou generalizar; entre repetir ou acrescentar algo novo ou ainda entre introduzir ou não nosso próprio julgamento. A esse sistema de opções utilizáveis chamamos de gramática e o falante/escritor seleciona elementos nesse sistema - não arbitrariamente - mas no contexto das situações de fala/escrita.

Fica claro assim que a linguagem é, pois, usada para servir a diferentes necessidades. Halliday (1973), ao examinar o sentido potencial da linguagem, observa que numerosas opções combinam-se numa poucas redes relativamente independentes e essas redes de opções, por sua vez, correspondem a funções básicas, fundamentais para o entendimento geral da estrutura lingüística. A essas funções básicas, ele chamou ideacional, interpessoal e textual. A gramática, nessa perspectiva, passa a ser considerada o mecanismo lingüístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam dessas funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada.

Essas três funções relacionam-se aos papéis que a linguagem pode desempenhar. A linguagem serve para a manifestação de conteúdo, isto é, da experiência que o falante tem do mundo real, inclusive do mundo interior de sua própria consciência. A esse aspecto denomina-se função ideacional. Essa função divide-se ainda em dois tipos de significados: o experiencial, que codifica as experiências e o lógico, que conecta essas experiências.

A linguagem serve também para estabelecer e manter relações sociais: para a expressão de papéis sociais, que incluem os papéis comunicativos criados pela própria linguagem – por exemplo: os papéis de “perguntador” e “respondente”, que assumimos ao fazer uma pergunta ou respondê-la; e também para conseguir que coisas sejam feitas, pela interação entre uma pessoa e outra. Através dessa função, chamada interpessoal, os grupos sociais são delimitados e o individual é identificado e reforçado.

Por fim, cumpre à linguagem possibilitar o estabelecimento de vínculos com a própria linguagem e com as características da situação em que é usada. A esse aspecto chama-se função textual. É essa função que capacita o falante/escritor a construir textos ou passagens encadeadas de discurso que sejam situacionalmente apropriadas; também é essa função que capacita o ouvinte/leitor a distinguir um texto de um conjunto aleatório de orações. Um outro aspecto da função textual é estabelecer, num discurso, relações coesivas entre uma oração e outra.

Segundo Halliday (2002), todas essas funções estão refletidas na estrutura da oração. Neste trabalho, é a função interpessoal que nos interessa mais de perto, pois o que pretendemos analisar é a capacidade de o finito, em certos contextos, proporcionar interação, permitindo ao editoralista a manifestação de atitudes, avaliações e julgamentos, capacidade essa a que chamamos modalidade.

### 3. A modalidade

A modalidade é a categoria discursiva que indica as intenções, os sentimentos e as atitudes do locutor com relação ao seu discurso. Em outras palavras, é o valor que o emissor atribui aos estados de coisas que descreve ou a que alude em seus enunciados. Segundo Halliday (2002), a sentença ou oração organiza-se simultaneamente como mensagem e como evento de interação. Essa idéia, na verdade, parece ser a chave para o tratamento da modalidade, que representa justamente a interferência do falante/escritor sobre aquilo que é dito.

Essa valoração do falante/escritor em relação ao enunciado pode resultar de diferentes escolhas lingüísticas, relacionadas, por exemplo, a sintagmas adverbiais ou preposicionados; a predicadores seguidos de *que* + oração; a empregos modais de tempos verbais; a modos do verbo; a auxiliares modais nas locuções verbais entre outras.

Neste trabalho, trataremos apenas dos verbos auxiliares modais, procurando buscar no contexto de situação, particularmente, os editoriais de jornal, a motivação para a utilização dessas construções. Em outras palavras, queremos mostrar que alguns contextos discursivos, por suas características, demandam, de forma recorrente, construções com indicação de modalidade. Passaremos, agora, a analisar o finito e seu papel na língua portuguesa.

### 4. O finito na língua portuguesa

Mattoso Câmara (1986) apresenta a seguinte definição para o termo finito:

“diz-se do verbo em uma de suas formas verbais propriamente ditas, que nos apresenta o processo em condições concretas de realização, ao contrário do infinito, ou infinitivo, que só significa a natureza do processo.”

Pela definição apresentada, percebe-se que o finito corresponde à indicação do momento da realização do processo expresso pelo verbo. Essa indicação pode ser feita através das desinências verbais ou dos verbos auxiliares que formam as locuções verbais.

Neste trabalho, iremos nos ater apenas aos verbos auxiliares, que integram locuções verbais. As locuções verbais, também chamadas de conjugações perifrásticas, são conjuntos de formas verbais para um dado verbo, em que esse verbo aparece em uma de suas formas verbonominais (infinitivo, gerúndio ou particípio) e a parte flexional de modo, tempo e pessoa cabe a um verbo, que passa a ser chamado de auxiliar. Há, assim, uma articulação mórfica de duas palavras, em que a forma nominal fornece a significação e o auxiliar assinala modo tempo e pessoa.

Em português, como em muitas outras línguas, as conjugações perifrásticas servem para a expressão de categorias verbais que a conjugação simples não leva em conta. Fica estabelecido, assim, na língua um plano secundário de categorias verbais, ao lado do plano básico representado na conjugação simples.

No português, há formas perifrásticas para indicação de aspecto (propriedade que tem uma forma verbal de designar a duração do processo); para indicação de voz passiva e ainda para indicação do modo.

As gramáticas tradicionais da língua portuguesa, no entanto, costumam dar destaque apenas às noções de aspecto e voz passiva indicadas pelas conjugações perifrásticas. Cunha (1989), por exemplo, em sua gramática, faz menção apenas aos verbos auxiliares mais frequentes sem fazer qualquer referência à indicação de modo. O mesmo ocorre na Gramática Normativa da Língua Portuguesa (1992) de Rocha Lima.

A indicação de modo, quando muito, é apenas citada; como se vê em Bechara (1999):

“os auxiliares modais se combinam com o infinitivo, ou gerúndio do verbo principal para determinar com mais rigor o modo como se realiza ou se deixa realizar a ação verbal.”

Em seguida, Bechara lista algumas indicações de modo dos verbos auxiliares: possibilidade ou capacidade; vontade ou desejo; tentativa ou esforço; consecução; aparência entre outros.

Essa ausência, nas gramáticas tradicionais, da indicação de modo explica-se pela orientação teórica essencialmente formalista da maioria das gramáticas tradicionais da língua portuguesa. As expressões lingüísticas, segundo essa perspectiva, são analisadas sem qualquer referência a parâmetros como interação social, contexto situacional e variação.

Neves (2002) já busca uma análise de caráter funcional das expressões lingüísticas. No capítulo intitulado *O verbo*, a autora trata dos verbos que não constituem predicados (os verbos auxiliares segundo a gramática tradicional). Para ela, tais verbos são operadores gramaticais e não predicados e podem indicar: modalidade, aspecto, tempo e voz. Aos verbos indicadores de modalidade Neves dá o nome de verbos modalizadores e apresenta a seguinte definição:

“Há verbos que se constroem com outros para modalizar os enunciados, especialmente para indicar modalidade epistêmica (ligada ao conhecimento) e deôntica (ligada ao dever)”

Cumprir notar que essa distinção entre modalidade deôntica e epistêmica retoma estudos anteriores, a saber Palmer (1979) e Simpson (1993).

Já Halliday (2002), dentro da perspectiva da lingüística sistêmico-funcional, diz que a modalidade se refere à área do significado que fica entre o sim e o não, entre o afirmativo e o negativo, ou seja, refere-se ao campo intermediário entre a polaridade positiva e a negativa. Halliday acrescenta ainda que esse significado vai depender da função da oração como evento interativo, ou seja, dos valores trocados no processo de interação. Se a oração veicula uma informação (proposição), a modalidade indicará algum grau de probabilidade ou “usuabilidade”. Caso veicule bens e serviços (proposta), a indicação será de obrigação ou inclinação.

Com base nisso, Halliday apresenta dois tipos de modalidade a que chama modalização, no caso de a modalidade incidir sobre uma

proposição; e modulação, no caso de incidir sobre uma proposta (Halliday, 2002)

Estabelecendo relação com a abordagem de Neves, podemos dizer que a modalização refere-se à modalidade epistêmica e a modulação à modalidade deôntica descrita por Neves.

Cumprir lembrar que os termos *epistêmico* e *deôntico* foram tomados de empréstimo da semântica filosófica (Koch, 1987). O termo *Episteme*, é (com a vogal final aport. em -e ou em -a) é tomado por Michel Foucault (1926-1984, filósofo francês) no sentido de ‘conhecimento científico, ciência’. Já o termo *deonto* do grego *déon*, *déontos* significa ‘o que é preciso’, é particípio presente de *déo* (precisar de).

É interessante notar que as orações que indicam trocas de bens e serviços quando moduladas são representadas no indicativo, abandonando a forma imperativa tão comum a essas construções quando não moduladas.

Observem-se os exemplos:

*Faça o dever de casa.* – é uma proposta, pois designa a função semântica de uma oração na troca de bens e serviços. Usou-se o imperativo.

*Você tem de fazer o dever de casa.* – continua sendo uma proposta, mas apresenta construção modulada. O auxiliar modulou a proposta com indicação de obrigatoriedade, sem a presença do imperativo.

Percebe-se que a modulação substitui o emprego do imperativo, característico das ordens, numa espécie de metáfora gramatical, que, segundo Halliday (2002), é uma variação na forma de expressão de um dado significado. Assim, ao modularmos uma ordem, como no exemplo anterior, teríamos obrigatoriamente uma metáfora gramatical.

Além dos tipos (modalização e modulação) e da polaridade no conceito de modalidade, Halliday cita a orientação, que pode ser explícita ou implícita. E acrescenta ainda a variável que chama valor. A essa variante ele atribui os graus: alto, médio e baixo.

Nossa análise dos auxiliares modais buscará se aproximar da abordagem de Halliday, fixando-se, contudo, na diferenciação modalização/modulação e, no papel desses auxiliares, em seu contexto específico.

Antes de passarmos á análise do *corpus*, composto de editorias da Folha de São Paulo e Jornal do Brasil, faz-se necessária uma análise do gênero discursivo editorial, que, por sua própria natureza, justifica a opção por essas construções.

## 5. O editorial como gênero discursivo

Neste capítulo, tentaremos caracterizar o editorial de jornal como gênero discursivo de acordo com o conceito de gênero segundo Hasan (apud Meurer, 2005).

A perspectiva de Hasan (apud Meurer, 2005), em consonância com a lingüística sistêmico-funcional de Halliday (2002), concebe a linguagem como sistema de significações que medeia a existência humana.

Ao adotar uma visão da linguagem como processo social, Hasan utiliza a gramática sistêmico-funcional para teorizar sobre o conceito de gênero. Assim, contexto e texto “integram-se no processo de significação, de organização e construção da experiência humana” (Heberle, 2000). Há, na verdade, uma bidirecionalidade entre texto e contexto de situação.

Para a autora, o contexto de situação compreende tudo aquilo que é relevante para a interação e se define por três variáveis:

Campo – a natureza da prática social.

Relação – a natureza da conexão entre participantes da situação.

Modo – a natureza do meio de transmissão da mensagem.

Essas três variáveis do contexto, por sua vez, são realizadas através das três metafunções já estabelecidas por Halliday: ideacional, interpessoal e textual. A relação entre as variáveis do contexto e do texto constituem-se em fatores sociais determinantes que, em conjunto, servem para antecipar informações sobre o texto. Na oração, unidade básica para a análise léxico-gramatical, o componente ideacional se materializa pela transitividade; o interpessoal, pelo modo e pela modalidade; e o textual pela estrutura temática e coesiva.

A modalidade é, pois, um traço característico da função interpessoal. Essa função diz respeito ao estabelecimento de relações humanas: é a intrusão do usuário da língua no evento discursivo.



Hasan (apud Meurer, 2005) considera ainda texto como a instância de uso da linguagem viva que está desempenhando um papel em um contexto de situação. Assim, na relação funcional entre linguagem e contexto de situação, cada gênero corresponde a padrões textuais recorrentes (o uso que se faz da língua para que se atinjam certos objetivos comunicativos) e contextuais (a situação da experiência humana com a qual determinado registro de linguagem é associado).

Com base no exposto, Hasan estabelece as noções de configuração textual, identificada pelas variáveis situacionais campo, relação e modo. A configuração contextual torna possível fazer predições sobre a estrutura do texto, ou seja, identificar quais elementos são obrigatórios e quais são opcionais. Descreve o contexto onde se dá a interação. Ao lado desse conceito, Hasan cria a noção de estrutura potencial de gênero, que permite a análise dos diferentes gêneros. Essa estrutura é identificada pelo reconhecimento da configuração contextual e dos elementos obrigatórios, opcionais e recorrentes. Os primeiros elementos compõem a base da estrutura potencial de gênero.

Passaremos agora a definir a configuração contextual e a estrutura potencial de gênero dos editoriais de jornal.

### Configuração contextual

**Campo** – texto jornalístico opinativo, referente a assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação.

**Relação** - leitor/escritor – escritor especialista para leitor intelectualizado; público alvo genérico (invisível e desconhecido); distância social mínima. Busca, de certa forma, atingir certa impessoalidade.

**Modo** – escrita persuasiva que pretende orientar a opinião pública.

### Estrutura potencial de Gênero

Passo 1

Exposição sintética do fato que será abordado

Passo 2

Opiniões favoráveis e/ou contrárias conhecidas sobre o assunto

Passo 3

Conclusão do jornal, o que ele pensa do assunto

Assim, por se tratar de um texto essencialmente argumentativo, o editorial tem a função interpessoal posta em evidência; é ali o espaço onde se cobram responsabilidades e providências, criticam-se as políticas públicas ou se defendem ideais políticos.

Apesar dos mitos de objetividade, neutralidade e imparcialidade produzidos pelo jornalismo, o componente interpessoal, em função da configuração contextual e da estrutura potencial de gênero descritas, materializa-se, na oração, pela modalidade.

Queremos crer que os editoriais de jornal, por sua natureza, tendem a apresentar grande frequência de construções com indicação de modalidade para veicular as apreciações do articulista sobre o conteúdo experiencial das orações ou seus interesses quanto às tarefas da enunciação. Passaremos, agora, à análise dos editoriais.

Por uma questão de organização, optamos por apresentar os editoriais selecionados em um anexo, sublinhando, em cada um deles, as construções comentadas.

A configuração contextual dos editoriais de jornal apresentada no capítulo anterior explica, de forma inequívoca, a opção pelas locuções verbais com verbos auxiliares indicadores de modalidade, confirmando, assim, que as opções lingüísticas realizadas pelo falante/escritor não se fazem aleatoriamente, mas são motivadas pelo contexto das situações de fala/escrita.

Por se tratarem de textos opinativos de caráter persuasivo, os editoriais apresentam uma grande variedade de construções indicadoras de modalidade, que se alternam ao longo de cada texto. De forma geral, encontramos, em cada editorial, pelo menos duas locuções verbais com auxiliares modais, número que, em hipótese alguma, pode ser considerado pequeno, já que a língua portuguesa nos oferece diversas opções lingüísticas para veiculação de avaliações e julgamentos expressos e os editorialistas variam esses recursos ao longo do texto para não torná-lo repetitivo.

## 6. Análise do corpus

### Editorial 1 – O Cenário do futuro

JB/2004

No primeiro editorial analisado, foram encontradas as seguintes construções com indicação de modalidade através do uso do finito:

1- (...) *o Rio de Janeiro precisa urgentemente retomar o combate às profundas carências reafirmadas pelo Comitê Olímpico Internacional.*

2- *Boa parte desse esforço deve concentrar-se na recuperação de uma infra-estrutura que, lastimavelmente, está aquém de uma cidade com tão forte vocação para prosperar como pólo turístico internacional (...)*

3- *Nem pode perdurar no Rio a malha viária deficiente e envelhecida, exposta a paralisias derivadas de acidentes banais.*

4- *Por tais razões, ações precisam ser desencadeadas já (...)*

5- *O Rio não pode esperar que surjam outras chances de candidatar-se à sede de alguma Olimpíada.*

6- *Pode-se recuperar os três últimos exemplos de grandes intervenções urbanísticas (...)*

Analisando-se os exemplos acima, percebe-se que as construções representam casos de propostas, ou seja, há uma tentativa de troca de bens e serviços com o leitor. O que o articulista pretende é provocar uma mudança de atitude no leitor comum e/ou nas autoridades responsáveis, o articulista cobra do leitor e/ou dessas autoridades providências (não permitir que perdurem, retomar o combate, concentrar-se, desencadear ações, não esperar, recuperar exemplos). Por se tratarem de construções que veiculam troca de bens e serviços, tem-se, em cada uma delas, casos de modulação. Essa modulação, contudo, assume valores distintos: nas construções 1, 2, 3, 4 e 5, os auxiliares modais indicam obrigatoriedade, enquanto na construção 6 assume indicação de inclinação/possibilidade.

## Editorial 2 – Álcool fatal

Folha de São Paulo/2004

Nesse editorial, observam-se as seguintes construções com auxiliares modais

- 1- *Que bebidas alcoólicas podem matar já se sabe.*
- 2- *Esses dados devem servir como um sinal de alerta para o governo.*

Ao contrário dos exemplos do editorial anteriormente analisado, as duas construções em destaque exemplificam casos de modalização, pois o que se troca nesses trechos são informações. Trata-se de proposições e o auxiliar, nesses casos, serve para modalizar e não modular. Caso o articulista não atenuasse sua construção através do auxiliar *podem* no primeiro trecho, sua argumentação ficaria enfraquecida, uma vez que as bebidas alcoólicas, apesar de matarem como mostram as estatísticas, não têm o mesmo efeito sobre todos os seus usuários. Ao modalizar, o articulista indica probabilidade, probabilidade essa reforçada posteriormente pelos dados estatísticos apresentados. Já o segundo trecho veicula, através da modalização, o valor de obrigação; há segundo o articulista uma necessidade de o governo atentar para os dados.

## Editorial 3 – Domingo na Paulista

Folha de São Paulo/2004

No editorial Domingo na Paulista, foram encontradas as seguintes construções:

- 1- *No último domingo, 25 mil pessoas foram se divertir no principal cartão postal de São Paulo, segundo a polícia militar.*
- 2- *(...) apóia-los não deve, contudo, servir para isentar a prefeitura de seguir abrindo novas áreas de lazer.*
- 3- *Deve-se reconhecer que a administração da prefeita Marta Suplicy deu um passo importante com a implementação dos CEUS (...)*

No trecho 1, observa-se mais um caso de modalização, que assume importante papel argumentativo. Apesar de o auxiliar *foram* aparentemente apenas reforçar o tempo verbal, já expresso no trecho pela expressão *no último domingo*, ele indica, de forma inequívoca, que todas aquelas pessoas intencionalmente foram se divertir na Paulista. O uso da forma simples *divertiram-se* poderia fazer pensar que aquelas pessoas estavam lá por acaso e acabaram se divertindo. O articulista defende a criação de novas áreas de lazer e através desse modalizador mostra que a população sente necessidade delas, tanto é que as procura *intencionalmente* quando há iniciativas como a que foi descrita no editorial.

No trecho 2 e 3, ao contrário, temos casos de modulação. O articulista realiza um processo de troca de bens e serviços – exige que a prefeitura não se isente de abrir novas áreas de lazer e obriga seu leitor a reconhecer o valor da administração da prefeita.

## 7. Conclusão

Após análise do papel do finito na perspectiva do modelo sistêmico funcional, foi possível confirmar as hipóteses sugeridas na introdução deste trabalho. A primeira diz respeito à confirmação do finito como portador da categoria modalidade, e não apenas como indicador das marcas de tempo, modo, número e pessoa, única característica comumente apontada pelos compêndios gramaticais de orientação tradicional. A segunda diz respeito à recorrência do finito como indicador de modalidade em textos de caráter argumentativo.

Em todos os exemplos analisados, ficaram expressas as apreciações do articulista e/ ou seus interesses quanto às tarefas da enunciação, caracterizando, assim, a categoria discursiva modalidade. A opção do articulista por essas construções está em consonância com a configuração textual dos editoriais de jornal.

Comprova-se, assim, a teoria hallidayana, segundo a qual cada contexto de situação é um sistema de relevâncias motivadoras para o uso da linguagem, (Hasan, 1996), de forma que uma determinada atividade humana em andamento e a interação entre os participantes são mediadas pela linguagem.

## REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. Carlos. 1999. *Iniciação à sintaxe do português*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BECHARA, Evanildo. 1999. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BUTT, David et alii. 1998. *Using functional grammar – an explore's guide*. Sidney: Macquire University.
- CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. 1986. *Dicionário de lingüística e gramática*. 13ª ed. Petrópolis.
- CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio De Janeiro: Nova Fronteira.
- HALLIDAY, M. A. K. 1976. *Estrutura e função da linguagem*. In: LYONS.
- \_\_\_\_\_. 2002. *An introduction to functional grammar*. 2<sup>nd</sup> ed. London: Oxford University Press.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. 1987. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez.
- LOCK, Graham. 1996. *Functional english grammar*. Cambridge University Press.
- MEURER et alii. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.
- NEVES, M.H.M. 2002. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp.
- NEVES, M.H.M. 1997. *A Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. "A modalidade." In: KOCH, Ingedore (org.) 1996. *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp,.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.